

HABEAS CORPUS Nº 569.758 - MG (2020/0077305-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : THIAGO SEBE LEAL
ADVOGADO : THIAGO SEBE LEAL - MG115774
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOSE FERNANDO JOVIANO SILVA REIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSÉ FERNANDO JOVIANO SILVA REIS apontando como autoridade coatora o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, relator do HC n. 1.0000.20.032601-5/000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, acusado de praticar a conduta descrita no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas). A prisão foi convertida em preventiva.

Impetrado prévio *writ* na origem, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 28/30).

Neste *writ*, o impetrante defende que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis, razão pela qual faria jus à liberdade provisória. Alega que "*outro paciente Gabriel de Aguiar Venturini era Primário e estava na mesma condição semelhante ao do Paciente Jose Fernando Joviano Silva Reis, e por força do Habeas Corpus Nº 568199 - MG (2020/0073162-1) em conformidade com o art. 4º, I e III, da Recomendação n. 62/2020 do CNJ, foi deferida o pedido de Liminar, sobretudo diante da primariedade do paciente e a suposta prática de crime não violento*" (e-STJ fl. 5). Assim pleiteia a extensão dos efeitos dessa decisão ao paciente e a revogação da prisão preventiva.

É, em síntese, o relatório.

Depreende-se dos autos que o presente *writ* impugna decisão proferida pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais nos autos do HC n. 1.0000.20.032601-5/000 (e-STJ fls. 28/30).

Superior Tribunal de Justiça

Ocorre que o ato apontado como coator é o mesmo do HC n. 567.844/MG, impetrado nesta Corte e também atribuído a esta relatoria, que visava a revogação da prisão preventiva, no qual foi recentemente formulado pedido de extensão dos efeitos de decisão proferida em outro *habeas corpus*, tal qual neste *writ*.

Ante o exposto, diante da constatação de que o presente remédio constitucional é mera reiteração do HC n. 567.844/MG, **indefiro-o liminarmente** com fulcro no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator